

DINAMICAS ESTRUTURAIS E O FIM DAS CARAVANAS YAO EM MOÇAMBIQUE NO SÉC.XVII-XIX

STRUCTURAL DYNAMICS AND THE END OF THE YAO CARAVANS IN MOZAMBIQUE IN 17TH-19TH CENTURY

RESUMO: O Artigo centra-se nas dinâmicas estruturais e o fim das Caravanas Yao em Moçambique (séc. XVII-XIX), mais especificamente em descrever a gênese e a hegemonia das caravanas desse grupo etnolinguístico; aflorar as condicionantes do apogeu e preponderância das caravanas no tempo e no espaço; e, sumarizar as determinantes que colocaram o fim das caravanas Yao. Com efeito, para a materialização deste artigo foi utilizada revisão bibliográfica, além da determinação que deseja catapultar a escrita da história da região austral de África, em particular da comunidade Yao de Moçambique. Como resultados, aventam-se várias hipóteses que estariam por detrás das origens e do fim das caravanas Yao, que serão objeto de análise ao longo do artigo.

EDUARDO M. RAJABO

PALAVRAS-CHAVE: Caravanas Yao; Incursões; Trocas; Mataaka

ABSTRACT: The article focuses on the structural dynamics and the end of the Yao caravans in Mozambique (17th-19th centuries), more specifically on describing the genesis and hegemony of the caravans of this ethnolinguistic group; highlighting the conditioning factors of the apogee and preponderance of the caravans in time and space; and summarising the determinants that brought about the end of the Yao caravans. In order to materialise this article, a bibliographical review was used, as well as the determination to catapult the writing of the history of the southern region of Africa, in particular the Yao community of Mozambique. As a result, several hypotheses have been put forward as to the origins and end of the Yao caravans, which will be analysed throughout the article.

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

KEYWORDS: Yao Caravans; Raids; Exchanges; Mataaka

DINAMICAS ESTRUTURAIS E O FIM DAS CARAVANAS YAO EM MOÇAMBIQUE NO SÉC.XVII-XIX

Eduardo Manuel Rajabo ¹

Introdução

O povo Yao floresceu nos montes Yao, na região austral de África, especificamente em Moçambique, na província do Niassa, distrito de Mueembe, onde estabeleceram a capital do Estado Mataaka (1840-1850). Durante as suas incursões, esse grupo etnolinguístico estabeleceu contatos comerciais com diversos grupos da região, recorrendo tanto a trocas naturais como ao comércio de escravos, marfim e peças de adorno. Esses contatos fortaleceram a posição dos Yao, permitindo-lhes expandir as suas redes comerciais e políticas. Como consequência, novas áreas de influência surgiram, associadas à captura e tráfico de escravos resultantes das razias. Cada região possuía homens notáveis escolhidos como chefes pelo líder supremo dos Yao, Mataaka, que se destacava pelo seu caráter formidável, temido e carismático. Assim, cada uma dessas regiões detinha um chefe que exercia poder, ainda que sob a autoridade central de Mataaka. A expansão das caravanas Yao prolongou-se para além dos territórios moçambicanos, alcançando regiões como Zanzibar, Tanganhica, Malawi e Zâmbia. Com o tempo, no entanto, as relações intradinásticas entre os próprios Yao começaram a deteriorar-se, contribuindo para a fragmentação e dispersão do povo. Os mais resilientes permaneceram nos territórios conquistados até os dias atuais, como é o caso da linhagem de Macanjila.

O presente artigo tem como objetivo contribuir para o acervo bibliográfico da literatura histórica sobre as caravanas africanas e o seu impacto no desenvolvimento dos grandes centros urbanos e comerciais. O estudo focaliza-se nas caravanas Yao de Moçambique, entre os séculos XVII e XIX, abordando a sua gênese, as trocas comerciais e a hegemonia dos seus empreendimentos comerciais. Além disso, analisa as razões do seu apogeu e a preponderância dessas caravanas no contexto histórico e geográfico em que se desenvolveram, bem como os fatores que contribuíram para o seu declínio em Moçambique. Para a materialização do estudo, recorreremos ao método bibliográfico, complementado pelo método introspectivo, refletindo sobre os efeitos e implicações das caravanas Yao na dinâmica regional.

¹ Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Lúrio - Moçambique; Licenciado e Bacharel em Ensino de História pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Investigador afeto no ARPAC - Instituto de Investigação Sócio - Cultural, Delegação de Niassa, Moçambique. ARPAC – Instituto de Investigação Sócio-cultural – Niassa. edrajabo@gmail.com

Uma das questões centrais sobre os capturados e escravos no interior do continente africano reside no seu destino final, uma vez que eram frequentemente levados para além de África por meio dos grandes portos do litoral. Na costa ocidental, o porto mais conhecido era a Ilha de Goré, no Senegal, enquanto na costa oriental, destacavam-se a Ilha de Moçambique e a Ilha do Ibo, em Moçambique, além de Zanzibar e Quíloa, na atual Tanzânia. Após a introdução, o artigo organiza-se em diferentes seções: no primeiro ponto, discutimos a gênese das trocas comerciais desenvolvidas pelas caravanas Yao; em seguida, analisamos a hegemonia, o apogeu e a preponderância dessas caravanas, incluindo as suas dinâmicas estruturais. Por fim, abordamos as determinantes do declínio das caravanas Yao em Moçambique. Assim, o artigo retrata o percurso histórico das caravanas Yao, culminando na sua desarticulação, cujas causas encontram-se tanto em fatores internos quanto externos, cujos efeitos ainda podem ser observados no seio da sociedade Yao até os dias atuais.

A Gênese das trocas comerciais das Caravanas Yao

De forma sumária, para compreender a gênese das caravanas Yao², é fundamental ter um entendimento prévio sobre a origem desse grupo etnolinguístico, localizado na região norte de Moçambique. Algumas hipóteses são aventadas sobre esta origem. Na perspectiva de Yohanna Abdallah (1919), defende-se, com base na memória coletiva transmitida pela tradição oral, que os Yao teriam se originado nos montes Yao, localizados entre Muembe, antiga capital do Estado do Mataaka³, e o rio Lucheringo. O termo "Nguru" refere-se aos habitantes da região do monte Mangulu, localizado ao sul de Blantyre, no atual território do Malawi. Esse dado é corroborado por Rita-Ferreira (2005, p. 72), que aponta que os Yao são originários de uma montanha coberta por capim e sem arborização, situada entre Muembe e Lucheringo. A cultura desse grupo não diferia significativamente de outros povos matricêntricos dispersos ao norte do Zambeze (RITA-FERREIRA, 2005, p. 72). Já Edward Alpers localizou o núcleo original dos Yao no noroeste do atual território de Moçambique, entre os rios Lucheringo, a oeste; Lugenda, a leste; Luambala, ao sul; e Rovuma, ao norte.

Atualmente, os Yao permanecem na mesma região descrita por Alpers, principalmente na província do Niassa, em Moçambique, bem como no sul da Tanzânia e no Malawi. No entanto, as fontes escritas mencionam os Yao pela primeira vez no início do século XVIII, quando são

² Também designados por Ajauas, Mujauas, Aayao, Waayo. A expressão Yao significa um monte sem árvores e sem qualquer tipo de vegetação.

descritos como mercadores regulares, principalmente de marfim e escravos, nos mais importantes entrepostos comerciais da costa do Oceano Índico, como Quíloa, Zanzibar, Ibo, Mossuril e Ilha de Moçambique. Os Yao também eram conhecidos no interior da região do rio Zambeze, nomeadamente em Tete, um dos mais relevantes mercados da região (CORREIA, 2017, p. 49).

Diante dessas evidências, compreende-se que os Yao constituem um grupo etnolinguístico originário dos montes Yao, região considerada o seu berço, caracterizada por uma paisagem sem cobertura florestal. Dessa localidade, os Yao iniciaram as suas atividades econômicas, destacando-se na agricultura e na fundição de ferro, o que os levou a estabelecer contatos comerciais com outros povos, por meio de trocas comerciais diretas ou pelo sistema de escambo (troca de espécie por espécie). Segundo Pascuali (2013 apud MARCOS, 2021), os Yao formam um dos principais grupos étnicos e linguísticos do sul do Lago Niassa, desempenhando um papel central na história da África Oriental ao longo do século XIX. Predominantemente muçulmanos, os Yao são compostos por cerca de 2 milhões de indivíduos, distribuídos entre Malawi, Moçambique e Tanzânia. No entanto, atualmente, enfrentam altos níveis de pobreza e exclusão socioeconômica.

Com base na comparação de diferentes fontes, E. Alpers sugere que os primeiros contatos comerciais entre os Yao (Ajauas) e Quíloa tenham ocorrido entre 1590 e 1616. Já em meados do século XVII, os Yao iniciaram a sua atividade comercial, baseada, inicialmente, na troca de produtos agrícolas e manufaturas de ferro. No entanto, por volta do século XVIII, o comércio de escravos tornou-se mais relevante (OMAR; ANTÓNIO, 2004, p. 6). Alguns fatores impulsionaram essa mudança de dinâmica comercial. A menor participação dos homens na produção agrícola, a abundância de elefantes para o comércio de marfim, a escassez de recursos salinos e a dispersão da população em povoações distantes incentivaram os homens a envolverem-se no comércio de longa distância, tanto interno quanto externo. Dado o prolongado tempo de ausência dos varões, os Ajauas desenvolveram um sistema involgar entre os povos matricêntricos para salvaguardar a estabilidade conjugal: a figura dos "fiadores do casamento", conhecidos como axinamangósue (RITA-FERREIRA, 2005, p. 72).

A crescente demanda por mão de obra escrava nas ilhas produtoras de açúcar no Índico, ao longo do século XVIII, fez aumentar significativamente o número de caravanas Yao. Esse comércio foi incentivado, principalmente, por mercadores árabes e africanos islamizados da costa, que percorriam longas distâncias pelo interior do continente em busca de escravos, chegando, em alguns casos, ao outro lado do Lago Niassa (ZONTA, 2012, p. 316). As incursões

³ Dinastia dos Mataakas, fundada na primeira metade do século XIX, cerca dos anos de 1840 a 1850, concretamente no reinado do Céényaámbi, também designado por Mataaka I, o formidável, que governou o território yaawo situado

Yao nesse processo eram prolongadas e demandavam um período considerável para a sua execução. Segundo Yohanna Abdallah (2024), a origem das caravanas Yao está diretamente relacionada à intensificação das trocas comerciais entre comunidades do interior e da costa. Os ferreiros Chisi percorriam diversas regiões vendendo ferramentas, suprindo a escassez de enxadas em certas localidades. Nessas áreas, os habitantes trocavam alimentos por tecidos de algodão vindos do litoral, que, por sua vez, eram utilizados para obter enxadas dos Chisi. Com o tempo, a fama desse tecido se espalhou, despertando o interesse dos Yao, que passaram a organizar expedições para buscá-lo diretamente na costa. Com o aumento da procura pelo algodão, grupos Yao começaram a formar caravanas, preparando mantimentos e produtos como enxadas, tabaco e peles para comercializar ao longo do percurso. Seguiam de aldeia em aldeia, contratando guias, até atravessarem diversas regiões e chegarem à costa, sendo Kilwa um dos destinos mais procurados. Foi assim que os Yao consolidaram suas rotas comerciais e passaram a estabelecer uma presença regular nos entrepostos costeiros. Na época, os carregadores de tecido recebiam algumas jardas de pano como pagamento, que usavam com orgulho ao retornarem, simbolizando seu sucesso.

A jornada até o litoral durava cerca de quatro meses, mas era conduzida com a tranquilidade de quem sabia que, cedo ou tarde, chegaria de volta ao lar, conforme relatado por Abdallah (2024). A atividade comercial convertia-se num grande empreendimento: as longas viagens à costa requeriam alimento, carregadores de mercadorias como o marfim e mantimentos, além de grupos de soldados encarregados de proteger a mercadoria contra pilhagem e ataques, que se tornaram cada vez mais frequentes no início do século XIX. Assim, mobilizar uma caravana exigia condições tanto materiais como sociais e, portanto, aqueles que conseguiam mobilizar maior número de seguidores estavam mais aptos a retornar da viagem à costa. Esse processo, explica Alpers (1969), desencadeou o desenvolvimento de novas unidades político-territoriais, em detrimento das estruturas políticas restritas aos vínculos familiares e seus dependentes, ou *mbumba*. O papel dos chefes no controle das caravanas, bem como a consequente negociação e distribuição dos bens adquiridos, foi fundamental para o prestígio social das lideranças locais, que expandiam os seus domínios políticos e ampliavam o número de seguidores.

O funcionamento desse sistema, por sua vez, foi aquele encontrado pelos missionários e europeus que se instalaram entre os Yao na segunda metade do século XIX. Embora o desenvolvimento do comércio de escravos tenha estado na mira da atuação britânica desde o início do século XIX, com o Ato contra o Comércio de Escravos de 1807 e o Ato de Abolição da

entre lago Niassa, ao oeste, e rio Lugenda a este; e entre o rio Rovuma, a norte, e o atual território malawiano, ao sul.

Escravatura de 1833, foi somente na década de 1860 que essa atuação contra a escravatura se intensificou (SHERIFF, 1987, p. 235). Esse período culmina com o envio e a atuação dos missionários na África Centro-Oriental, que se inseriram justamente nos circuitos mais vigorosos do comércio de escravizados (apud FOLADOR, 2018, p. 223).

O comércio de escravos na África Oriental desenvolveu-se, sobretudo, entre meados do século XVIII e a década de 1860, mantendo-se até as primeiras décadas do século XX, quando ocorreu, progressivamente, a alteração do regime de trabalho sob a égide do colonialismo. Nesse percurso, em que nos interessam as transformações das sociedades africanas, observam-se as diferentes dimensões e alternâncias de atores históricos e culturais, bem como estruturas políticas e sociais, uma pluralidade que se mostrou essencial para os Estudos Africanos do mundo do Oceano Índico (CAMPBELL, 2004).

As presenças dos árabes navegando pela costa oriental, mercadores indianos, agentes comerciais europeus e americanos no tráfico de escravizados caracterizam o cenário em questão, mas este não estaria completo sem considerar a participação das diferentes sociedades africanas. A preocupação da historiografia em compreender os papéis africanos na sua trajetória histórica resultou em importantes contribuições para o entendimento da participação de sociedades específicas no comércio de escravizados, notavelmente o papel dos Yao, que ocupou originariamente a região a leste do Lago Niassa, atual norte de Moçambique, cuja expansão ao longo do século XIX esteve associada principalmente ao comércio de marfim e de escravizados, praticado com os árabes em Quíloa e com os portugueses centralizados na Ilha de Moçambique (ALPERS, 1975).

Uma das singularidades do tráfico de escravizados no século XIX foi que, à diferença da costa atlântica, na parte oriental do continente africano, o tráfico para as Américas ganhou uma importância significativa a partir desse período. As pressões militares britânicas, visando conter o tráfico ilegal a partir do norte do Equador, fizeram com que a busca de escravizados se deslocasse para o sul de Angola e para a costa do Índico (ZONTA, 2012, p. 319).

A crescida procura de força de trabalho servil na maior parte do século XVIII e durante todo o século XIX, no atual território moçambicano e nos territórios vizinhos mais a oeste, multiplicou os processos de ‘produção’ de escravos e alargou as formas de servidão no seio das próprias sociedades locais. Esse processo também provocou reestruturações dos espaços políticos e um considerável reordenamento dos espaços etno-culturais. Todas as etnias e unidades tribais da época e respectivos grupos familiares, sobretudo a norte do rio Zambeze, no atual território moçambicano, estiveram envolvidos no negócio negreiro, seja como raptados ou como

capturadores, muitas vezes desempenhando ambas as funções ao mesmo tempo (MEDEIROS, 2018).

Após 1820, os negreiros provenientes das ilhas francesas do Índico, bem como alguns oriundos do Brasil e de Cuba, intensificaram a sua presença no litoral setentrional. O Ibo transformou-se num dos maiores entrepostos de exportação de escravizados na África Oriental. Os Ajauas mantiveram-se como os principais intermediários entre os portos marítimos e um extenso hinterland, optando por Quelimane ou Ibo sempre que consideravam insatisfatórios os preços praticados na Ilha de Moçambique. Os potentados macuas, ajauas, islamizados e aporuguesados, impulsionados pelos elevados lucros, espalharam ruína, violência e morte sobre populações indefesas. Não há dúvidas de que a insegurança generalizada contribuiu para a conversão acelerada ao Islão de muitos elementos indígenas, pois os deveres de solidariedade religiosa proporcionavam alguma protecção contra assaltos e arbitrariedades, cujo objetivo era a captura de escravos destinados à exportação (RITA-FERREIRA, 1982, p. 300).

Os portugueses, de início, manifestaram resistência ao uso de armas de fogo como moeda no comércio da África Oriental. No entanto, quando os franceses começaram a procurar escravos africanos ao norte da Ilha de Moçambique, rapidamente essas armas entraram no circuito comercial, resultando num aumento significativo de capturas em consequência de rivalidades e conflitos. As mesmas armas, utilizadas também na caça de elefantes, ampliaram os rendimentos do comércio de marfim, fomentando a criação de exércitos privados, frequentemente pagos com os saques às populações locais. A acumulação de armas por grupos tradicionalmente envolvidos na caça e no comércio de marfim transformou-os em poderosos escravizadores africanos. Estes grupos encontravam-se no norte de Moçambique, particularmente nas chefaturas ajauas, estendendo-se até ao Lago Niassa e formando comunidades relativamente homogêneas, mas sem um poder centralizado. Para essas comunidades, a posse de armas e pólvora facilitou o abate de elefantes, o controle sobre as caravanas que seguiam em direção aos portos e a captura de escravizados, especialmente nas margens do Niassa (FOLADOR, 2018, p. 319).

Moçambique sofreu diretamente as consequências das políticas abolicionistas desde finais do século XVIII, mas, ao contrário do que se poderia esperar, o tráfico de escravos na África Oriental conheceu um crescimento significativo a partir desse período. Pelo menos em Moçambique, ainda que com menor intensidade, o tráfico persistiu até ao início da colonização portuguesa, no final do século XIX, quando sistemas análogos à escravatura foram implementados para manter a exploração da força de trabalho africana (FOLADOR, p. 320). A caça e captura de pessoas, a sua retenção e armazenamento, e o transporte até ao litoral apenas

foram possíveis mediante a mobilização de grandes caravanas, num processo que se estendia por longos períodos (HORTON, 2000, p. 104-105).

2. A Hegemonia das Caravanas Yao no decurso das incursões

A crescida procura de força de trabalho servil na maior parte do século XVIII e durante todo o século XIX no atual território moçambicano e nos territórios vizinhos mais a oeste multiplicou os processos de produção de escravos e alargou as formas de servidão no seio das próprias sociedades locais. Provocou também reestruturações dos espaços políticos e um considerável reordenamento dos espaços etno-culturais. Todas as etnias e unidades tribais da época e respectivos grupos familiares, sobretudo a norte do rio Zambeze no atual território moçambicano, estiveram envolvidos no negócio negreiro como raptados ou como capturadores, geralmente em ambas as coisas ao mesmo tempo (MEDEIROS, 1988; CORREIA, 2017; MEDEIROS, 2018). Na primeira metade do século XIX, surgiram lideranças africanas que se notabilizaram no comércio de *escravizados* (MEDEIROS, 2011) em África. Os capturados e escravizados no interior do continente eram levados para fora do continente através dos grandes portos do litoral sendo o mais famoso na costa ocidental a Ilha de Goré, no Senegal, e os mais conhecidos na costa oriental as ilhas de Moçambique e Ibo, em Moçambique e Zanzibar e Kilowa, em Tanzânia.

Na África austral, além dos africanos, que estavam envolvidos no comércio de escravizados e de produtos tais como marfim e cera, estavam envolvidos comerciantes asiáticos do médio oriente (árabes e persas) e europeus. Foi nesse contexto que surgiu Mataaka I, um soberano que se notabilizou nesse comércio de longa distância (ALPERS, 1966) e construiu um dos mais importantes estados da época, no que hoje é norte de Moçambique, resistindo às incursões dos europeus e derrotando aqueles que o queriam subjugar. As atividades comerciais entre os Ajauas e o litoral ao norte do Rovuma aumentaram durante o domínio do Sultão de Oman, Sayid Said, que em 1840 mudou a sua capital de Mascate para Zanzibar⁴, desenvolvendo uma numerosa colônia árabe e importantes plantações. Este dirigente encorajou, ativamente, o estabelecimento de indianos cujo número, em 1860, subiu a 5000 e cujos importadores-

⁴ Tendo, efetivamente, um excelente porto e um solo extremamente fértil, Zanzibar encontrava-se também bem localizada no plano estratégico já que ela era defronte a costa dos Mrima, a qual se tornara a principal saída para as mercadorias mais importantes provenientes do interior, ou seja, marfim e escravos. Este comércio lucrativo permitira ao sultão encher seus cofres, antes mesmo da sua decisão de tornar Zanzibar sua capital. Seu wālī (governador) já tomara iniciativas para garantir a proeminência da ilha ao obrigar todos os mercadores a negociar somente com esta, sem passar pelos Mrima. Apud Salim (2010).

exportadores financiavam a organização de grandes caravanas ao interior (RITA-FERREIRA, 1982, p. 286).

A hegemonia dos Ajauas foi contestada por outros talentosos comerciantes: os Bisas. Embora o mercado de Quíloa constituísse o principal centro de competição entre Ajauas e Bisas, há indicações de que no norte de Moçambique se desenvolveu uma situação semelhante. Pode ser essa a razão que levou os Ajauas, na segunda metade do século, a procurar compensar as suas perdas, recorrendo ao tráfico escravagista, tal como é sugerido, entre outros documentos, pelo conhecido relato da viagem de Gamitto. É que, como melhores conhecedores do valor real do marfim no mercado internacional, os Ajauas exigiam preços que os indianos de Zanzibar consideravam menos compensadores. Estes preferiram, por isso, mandar interceptar as caravanas bisas que, na sua relativa ignorância, cediam o marfim a troco de artigos de ínfimo valor, proporcionando aos intermediários enormes margens de lucro (RITA-FERREIRA, 1982, p. 286).

Os relatos sobre esse período tanto dos missionários como o do próprio David Livingstone reportam a alguns consideráveis dados sobre a escravidão, ou melhor, sobre o comércio de escravos, uma vez que sua circulação pelo lago Niassa os levou ao encontro de algumas das principais rotas de escravos entre o interior e litoral. A expedição de Livingstone foi marcada por um estreito contato com as populações nianjas, no vale do rio Shire, de quem obtinham alimentos, hospedagem e guias para as suas viagens de exploração local. De tal modo que a experiência dos viajantes europeus foi marcada pelos sujeitos com os quais tiveram primeiro contato, cujos pontos de vistas eram tomados para descrever as outras populações, como ocorreu em relação aos Yao (FOLADOR, 2018, p.226).

Apogeu e Preponderância das Caravanas Yao

Os Yao demonstraram uma notável rapidez e eficiência na adaptação às oportunidades surgidas com a crescente presença de mercadores asiáticos e europeus na costa oriental africana. Durante as três a quatro primeiras décadas do século XIX, o envio de marfim e escravizados para o litoral consolidou as redes comerciais estabelecidas pelos povos do interior, em especial pelos Yao (ALPERS, 1973). Destaca-se a relevância do marfim no comércio de Zanzibar no início do século XIX. Esse produto assumia um papel central nas rotas comerciais de longa distância da África Oriental e Central, tornando-se a principal atividade econômica de grande parte dos Yao. Motivados pelos altos preços do marfim em Zanzibar, dirigiram-se para esse litoral, com

particular destaque para Kilwa Kivinje⁵, que os Yao expediam seu marfim, de preferência, com destino ao litoral moçambicano (*apud* SALIM, 2010, p. 260).

Na primeira metade do século XIX, o comércio de marfim era provavelmente tão importante, se não mais, que o de escravos. Tanto os Bisa quanto os Yao levavam marfim e escravos a Kilwa, de onde eram enviados a Zanzibar. Em 1850, Kilwa Kivinje tornara-se a cidade mais importante do litoral entre Moçambique e Zanzibar e o centro de exportação não somente de marfim e escravos, mas também de outros produtos, como arroz, resina e tabaco. Entretanto, foi sobretudo graças aos dois primeiros que a cidade obteve, na época, sua importância econômica. Os escravos pertenciam aos povos do interior, tais como os Yao, os Bisa, os Makua e os Ngindu, os quais, com frequência, eram os próprios traficantes de escravos. A captura da maioria dos escravos ocorria por ocasião das guerras ou de incursões que não eram necessariamente realizadas com esse fim (KIMAMBO, 2010, p. 281).

Os prisioneiros eram então trocados por mercadorias originárias do litoral, como tecidos, por exemplo. O eixo comercial que ligava Kilwa ao interior foi provavelmente o primeiro a se formar sob o efeito da demanda por mão de obra servil destinada às ilhas sob domínio francês, no final do século XVIII. Os contatos entre a região do Lago Nyasa (atual Lago Malawi) e Kilwa eram relativamente fáceis, uma vez que a região que os viajantes deviam atravessar era muito fértil e habitada. Era dominada pelos Yao, que asseguravam o encaminhamento de marfim, cera e escravos até Kilwa. Eles continuaram a ter um papel importante nesse comércio até a época de seu apogeu no século XIX, e sua preponderância na segunda metade do século foi uma consequência direta. Como já observamos, a situação geográfica deles lhes era favorável (KIMAMBO, 2010, p. 281). Entretanto, a consequência mais marcante desse comércio regional foi de ordem social. Até então, o povo Yao compunha-se de pequenos grupos estabelecidos ao redor do Lago Nyasa, unidos por um elo muito fraco sob a frágil autoridade dos chefes locais. Mas, na metade do século XIX, eles se reuniram em coletividades mais importantes, e seus chefes começaram a se impor. Tem-se insistido muito sobre a invasão Nguni como fator dessa evolução. Mas, como se verá aqui, ela aconteceu em uma época em que a sociedade já tinha claramente começado a se estratificar sob a influência do comércio. Quando os mercadores

⁵ É necessário distinguir Kilwa Kisiwani, a cidade localizada na ilha do mesmo nome, de Kilwa Kivinje, da qual se utilizaram então os Yao para o seu comércio de marfim. Kilwa Kisiwani tinha perdido muito da sua pujança durante a década de 1830, devido às dissensões internas e a um meio hostil. Ao contrário, a vila de Kilwa Kivinje, localizada no continente a 27 quilômetros ao Norte, tornara-se o principal centro de negócio. A partir de 1819, um governador omaniano fora nomeado ali para estimular e explorar o comércio. Alpers considera a ascensão de Kilwa Kivinje como o símbolo da integração econômica entre o litoral e o interior. Segundo ele, o desenvolvimento e a prosperidade da cidade são devidos tanto ao dinamismo de Zanzibar e à sua atividade comercial, quanto ao desejo dos povos do interior de transitar aí suas mercadorias: “Kilwa Kivinje deve principalmente a importância que ocupa

árabes tentaram penetrar pelo interior dessa rota, os chefes Yao eram demasiadamente fortes para eles. Assim, com a exceção de pequenos enclaves como Khota Khota e Karong, no Malawi atual, os árabes nunca detiveram o controle do comércio. Em geral, eram clientes dos poderosos chefes Yao, aos quais forneciam armas de fogo e outras mercadorias e com os quais dividiam os benefícios (Op. Cit).

Dinâmicas estruturais das Caravanas Yao

A intensa atividade comercial, conjuntamente com fatores internos, como as grandes secas e as migrações angoni (*M'fecane*), teria sido responsável por importantes mudanças de ordem política, econômica e social na região atualmente correspondente ao norte de Moçambique (FOLADOR, 2018, p. 222). Embora a escrita existente não forneça os detalhes dessas mudanças, sabe-se que, em 1830, o comércio de escravizados havia decaído sensivelmente devido à obstrução dos Macuas. As primeiras fontes escritas com descrições sobre a organização social e política das formações Yao datam da segunda metade do século XIX e estiveram associadas às expedições exploratórias e militares que antecederam e acompanharam a invasão e ocupação colonial portuguesa e inglesa do norte de Moçambique e do Malawi, respectivamente (CORREIA, 2017, p. 50). Os contatos com o litoral suaíli e a chegada dos islamizados em meados do século XIX trouxeram profundas modificações na arquitetura, no vestuário e em outros aspectos da vida material, social e econômica. Sem dúvida, as práticas religiosas islâmicas, o vestuário distinto e outros símbolos de estatuto eram mais correntes entre os elementos da classe superior. Também era mais significativo, entre eles, o número dos que sabiam ler e escrever em arábico, não só para o estudo dos preceitos do Alcorão, mas também para a escrituração dos negócios e para a comunicação indispensável ao comércio longínquo (RITA-FERREIRA, 1982, p. 289).

Na mesma senda, devido ao contato com outros povos circunvizinhos e da região, um dos líderes carismáticos, o grande chefe Macanjila, ocupando a margem sudeste do Lago Niassa, mandou ali plantar coqueiros e construir embarcações semelhantes às do litoral. Falava suaíli e mantinha uma escola corânica com o seu *mualimo*. O seu sucessor, Macanjila III Banali, empregava secretários que lhe redigiam a correspondência em arábico. Essas dinâmicas fizeram com que os Yao se destacassem no seio dos demais grupos que, juntos, realizavam o intercâmbio de diversas naturezas.

no comércio da África Oriental às iniciativas de pessoas do interior como Mwinyi Mkwinda, o aventureiro yao masaninga que aí se instalou no fim do século XVIII (ALPERS, p. 261 Apud SALIM *In*: Ajayi, 2010).

O grande líder dispunha também de um comandante-em-chefe e de um responsável pelo comércio externo que, respectivamente, preparava as incursões armadas e organizava as caravanas que partiam em todas as direcções. Consolidou o seu domínio pelo processo clássico de trocar filhas em casamento com chefes subalternos. Tinha cerca de seiscentas mulheres distribuídas por oito grandes povoações e reservou-se, em rigoroso exclusivo, a competência para formular preces pela chuva. Por ocasião da visita de Livingstone, em 1866, a capital dispunha de, pelo menos, mil moradias cercadas por campos intensivamente cultivados graças a canais de irrigação provenientes de fontes. Plantas de mandioca ladeavam os arruamentos, e as terras mais húmidas eram drenadas. Para imitar o litoral, mandou plantar numerosas mangueiras, fruteira associada ao poder político (RITA-FERREIRA, 2005, p. 74).

Entre as transformações sociais e económicas provocadas pelo tráfico escravagista, assumiu especial relevo o papel desempenhado pelas escravas no incremento da capacidade produtiva da linhagem do seu senhor, tanto mais que lhes era permitido o casamento com homens livres. Isso lhes conferia a vantagem de gozarem de plenos direitos sobre essas mulheres e sobre a descendência que delas tivessem, ao contrário do que acontecia com os casamentos da sociedade matricêntrica, que impunha tão severas limitações aos varões. Desse modo, tinha-se uma solução satisfatória para o peculiar problema de escala, próprio daquele tipo de sociedade, sem romper com a tradição do poder político e a reflexão da posição social do indivíduo. Assim, puderam surgir os grandes chefes territoriais. Ignora-se, todavia, se estes criaram estruturas políticas de tipo estadual que cobrassem tributos, mantivessem exércitos regulares e efetuassem conquistas duradouras. A islamização em massa dos Ajauas só ocorreu após 1890. Alpers considera-a como resposta às pressões trazidas pela ocupação colonial. Os primeiros passos foram dados pelos dirigentes. Macanjila converteu-se cerca de 1870. A conversão de Mataaka ocorreu mais tarde, na década de 1880 (RITA-FERREIRA, 1982, p. 298).

Portanto, a todos os níveis hierárquicos, era a utilização dos conhecimentos mágicos e espirituais que justificava o equilíbrio do poder do Estado, pois acreditava-se que este detinha o elo entre os homens e o divino.

O fim das Caravanas Yao em Moçambique

O fim das caravanas Yao em Moçambique teria sido provocado por conflitos que se desenvolveram entre os antepassados nos montes Yao. No entanto, é omissa quanto às causas que teriam estado na origem desses conflitos, dos quais resultou a expansão regional das

populações Yao pelo interior da África Sul-Oriental (CORREIA, 2017, p. 47). Ao passo que Yohanna Abdallah, quanto ao fim das caravanas, conta o seguinte:

provavelmente existiram contradições entre os nossos antepassados, o que os fez separarem-se e seguirem diferentes caminhos, indo habitar outras regiões. (...) este êxodo de que falo passou-se há muitos anos antes das guerras com Mukua-lolo; as de Msoma, as de Kaondo e as do Ngoni; muito antes de se pensar que estas guerras viriam a acontecer. Estou a falar de tempo muito, muito antigos (ABDALLAH, 1919, p.06).

Portanto, ainda se aventa que estaria ligado a grandes pragas de gafanhotos que devastaram as culturas, duradouras dissensões internas, intensificação das incursões para caça de escravos, ataques dos Angonis dominados pela dinastia dos Masecos e pressões exercidas a leste por grupos de Macuas-Lómuès, vitimados por sucessivas fomes, entre outros fatores. Entrementes, Krapf afirma que em 1847, foram quer massacrados, quer vendidos como escravos em Quíloa, nada menos do que 7.000 Ajauas, não se sabe se por Bisas ou por Angonis, visto que o autor alude vagamente a “Mabati” ou “Mawizi” (ALPERS, 1975; RITA-FERREIRA, 1982).

De qualquer modo, em 1850, foi iniciada a primeira migração de Ajauas para além do Rovuma, estabelecendo-se nos atuais distritos de Masai, Chiuata, Nevala e nas cercanias de Quionga e Miquindane. À fixação dos Angonis Guangaras em Songuea sucederam-se incessantes incursões contra os Ajauas setentrionais, como testemunhou Livingstone em 1866. O prosseguimento dos ataques dos Bisas, Angonis, Macondes e Macuas-Lómuès parece estar na origem de outra migração em massa dos Ajauas, desta vez para o vale do Chire, entre 1859 e 1861. Uma vez ali instalados, um grupo dirigido por Matipuíre passou de atacado a atacante, estabelecendo rapidamente a sua hegemonia sobre os Maraves Maganjas, ao sul do Lago Niassa, e contactando os aporuguesados do vale do Zambeze e de Quelimane, onde obtiveram armas e tecidos a troco de marfim e escravos. Ali chegavam caravanas com mais de mil componentes (RITA-FERREIRA, 1982, p. 297).

Entre os Macuas diretamente envolvidos no ataque aos Ajauas para captura de escravos, parecem distinguir-se os Metos. Por outro lado, entre 1878 e 1881 havia a tradição de que os Lolos, munidos de armas de fogo, tinham, em tempos, atacado e escravizado os Ajauas Machingas, estabelecidos em Mandimba, que foram levados para Quissanga a fim de serem trocados por tecidos. Para fugir às constantes incursões dos Angonis, um grupo de Ajauas, chefiado por Metarica, deixou o território que ocupava a norte do Rovuma e fixou-se nas margens do Lugenda, onde Livingstone o encontrou em 1886 (Op. Cit.). Essa ideia é reforçada por Medeiros (1997, p. 74), nos seguintes moldes: por volta de 1846 a 1848, dá-se a invasão dos

Angonis de Mputa Maseko no Niassa, o que provocou reestruturações políticas entre os Yao e os Makhuwa.

Aquém e além-fronteiras, no último decênio do século XIX e na primeira quinzena do século XX, concretamente nos anos entre 1890 e 1912, os principais líderes Yao ofereceram dura resistência às forças coloniais portuguesas, britânicas e alemãs. Essa dura realidade, violenta e predatória, imposta pela Companhia do Niassa, conduziu à emigração maciça de outros Ajauas para a Niassalândia e para o Tanganhica, um dos fatores que levou rapidamente ao fim das caravanas Yao. Acredita-se também que, segundo Omar e António:

em meados do século XIX, começaram as guerras de conquista e de penetração da administração colonial portuguesa na região do Niassa. Este fato alterou profundamente o padrão sociopolítico, cultural e econômico do reino Mataaka, pois essas guerras foram acompanhadas de intensa destruição das formas de organização das populações locais e das instituições socioculturais. Igualmente, desencadearam-se, dentro destes estados, rivalidades entre as potências colonizadoras (portugueses, britânicos e alemãs) que pretendiam explorar as riquezas locais, através da dominação das suas comunidades. Para atingirem este objetivo, as potências utilizavam a política de “dividir para reinar”, usando como intermediários entre a administração colonial e as populações, os próprios líderes locais, o que mais tarde provocou rivalidades entre povos irmãos. Os conflitos internos, ataques perpetrados pelos makhuza-alolo (dirigidos por Mhuwa e Mukwapa), makhuwa-metto (um pouco antes de 1845), Ngoni Maseko (desde 1850), escravatura e, mais tarde, as guerras de ocupação colonial (OMAR; ANTÓNIO, 2004, p.1-3).

Pesquisas recentes apontam para as disputas internas na gestão dos grupos (*mbuumbas*), fato que teria culminado com a saída de parte considerável do grupo de familiares, tomando várias direções, para norte e sul, permanecendo na região apenas os mais fortes, como é o caso do chefe N'taamila, que era o líder da região do monte Likopolwe, Ce-Namalweeso do monte N'kuya e Chefe Ce-Madiiinganile (AMARAL, 1990, Apud VENE, 2018). Como consequência da dispersão, formaram-se outros clãs do grupo Yao, como no caso de Masaniinga, grupo que se foi instalar no monte Masaniinga; Amaciinga, grupo que se instalou nas montanhas que fazem limites com a vizinha República do Malawi e que permitia defender-se das incursões inimigas; Acinamalaamba, grupo dos Yao que se fixou ao redor do lago Amaramba; Acinambeemba, grupo de Yao que se estabeleceu no monte Mbemba; Acinanjeese, os que se instalaram ao pé do monte Jesse; e Acinankula, os que se fixaram no monte Mecula.

Pouco depois da coluna militar da expedição atravessar o rio Luambala, na margem esquerda do rio Lugenda, na manhã de 16 de outubro, as forças do Chefe Mataaka tentaram, sem êxito, impedir a marcha e cortar o avanço das forças portuguesas. Para o Chefe Mataaka, a ameaça tornar-se-ia eminente caso as suas forças não conseguissem impedir as forças inimigas de

atravessar mais duas barreiras naturais, os rios Namatanda e Luangua, em direção à sua capital, Muembe. Entretanto, a 19 de outubro, a coluna militar da expedição logrou vencer aquilo que o major Machado classificou de “pertinaz resistência” pela defesa da cidade do Chefe Mataaka. Depois da invasão da capital do Chefe Mataaka, Muembe, as forças de Machado queimaram quatrocentas e trinta e sete palhotas abandonadas, segundo o relato do major Machado de 28 de novembro de 1899 (Processo referente à expedição ao Niassa). Machado calcula que o Chefe Mataaka tenha reunido cerca de cinco mil combatentes, armados e não armados. Na sua cidade, Muembe, foram contadas cerca de 4.837 casas de construção sólida e comodidade “relativa”. Após a destruição da cidade de Muembe, a coluna de Machado seguiu caminho pelas povoações abandonadas de Chichuma, irmão do Chefe Mataaka, em direção ao território do Chefe Zarafi.

Entre os dias 24 e 30 de outubro, a força expedicionária acampou na margem esquerda do rio Luangua, aguardando que o Chefe Mataaka se rendesse aos portugueses e “pegasse pé”, aceitando deste modo a proposta feita por Machado para o fim da guerra e das destruições. No seu relato, Machado conta que, quando a sua coluna militar avançava a caminho das povoações do Chefe Zarafi, o Chefe Mataaka teria enviado uma carta declarando reconhecer os portugueses como “senhores dos terrenos”, afirmando que se encontrava foragido no mato com os seus “grandes e mulheres”, não tendo culpa do mal que teria sido cometido pelos seus parentes já falecidos. Portanto, pedia que não queimassem mais as povoações, nem matassem mais gente, e que o deixassem cultivar as suas terras.⁶

As forças portuguesas da expedição foram então recebidas pelo Chefe Zarafi, com quem teriam previamente avançado termos de um pré-acordo, que ao fim não se realizou, segundo os quais este chefe aceitaria ser desterrado pelos portugueses, acompanhado pelo seu povo, para qualquer parte dos domínios portugueses onde estariam ao abrigo das investidas dos ingleses e do Chefe Mataaka. Ao fim da expedição, contava-se um saldo de destruições e mortes: 3.410 prisioneiros feitos nas povoações do Chefe Mataaka e mais de mil das povoações do Chefe Zarafi, incluindo a mãe deste. A capital Muembe, símbolo do prestígio, do esplendor, da riqueza e da grandeza do Estado do Mataaka, foi destruída. Além disso, os portugueses parecem ter ganho a aproximação dos chefes Zarafi, Cuirassia e Metarica.⁷

Para além do terror das destruições e mortes, em termos efetivos, a “expedição ao Niassa” teve apenas o resultado de implantar o forte denominado D. Carlos I e dois baluartes, denominados Eduardo Villaça e Álvaro Ferreira, a 28 de setembro de 1899, na povoação de Napulo, situada na margem oriental do lago Amaramba. Para o major Machado, o posto militar

⁶ AHM. Fundo do Governo-Geral, século XIX.

de Napulo desempenharia um papel estratégico pela sua posição próxima aos fortes ingleses de Johnston e Mangoche, na Niassalândia. Além disso, a sua localização seria ideal para apoiar e abastecer a coluna da “expedição ao Niassa” na marcha contra Mataaka, e para servir de quartel à força de ocupação portuguesa (CORREIA, 2016, p. 44).⁸

Conclusão

Esta incursão sobre a trajetória dos Yao de Moçambique permite-nos refletir acerca dos fatores que contribuíram para o florescimento de novos centros do comércio de escravos e, conseqüentemente, para a emergência de novos centros urbanos, como a Ilha de Moçambique e a Ilha do Ibo, ambas em Moçambique; Quíloa, na Tanzânia; Blantyre, no Malawi; e Goré, no Senegal. Estes espaços eram vistos, também, como entrepostos comerciais. As incursões das caravanas Yao eram complexas, movidas por vários fatores, naturais e humanos. Além disso, os homens desafiavam questões climáticas – chuva, calor, frio e doenças – além das *razias* de outros grupos que procuravam subjugar-los para o trabalho servil. As caravanas eram de longo curso e duravam entre quatro a seis meses até os grandes centros de trocas, que podiam ser naturais ou em espécies.

Durante as caravanas, os Yao adquiriram várias experiências e, em seus territórios, começaram a implementar elementos culturais dos locais de chegada e/ou saída, como, por exemplo, o plantio de coqueiros, o uso de peças de adorno, o ordenamento territorial e a divisão de tarefas do nível mais baixo ao mais alto. Nestes termos, Mataaka (o temível fundador da Dinastia dos Mataaka, 1840-1850) representava o líder supremo, e a sua liderança estava centrada na magia e na espiritualidade. A derrocada final das caravanas Yao de Moçambique deveu-se a intrigas entre membros do mesmo grupo, com o mesmo antepassado comum, que se fragmentaram e espalharam-se para vários locais, até além-fronteiras. Além disso, a cobiça das grandes potências (germânicos, britânicos e portugueses) pelos recursos humanos e naturais motivou-as a invadir o reino, subjugando-o e colocando-o em condição servil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, Yohanna Barnaba. **The Yaos: Chiikala Cha Wayao**. (Arranged, edited and translated by Meredith Sanderson). Second Edition. London: Frank Cass, 1973 [1919].

⁷ AHM. Fundo do Governo-Geral, século XIX, Caixa 8-180, Relato do major Machado de 28 de novembro de 1899, Processo referente à expedição ao Niassa.

⁸ AHM, Fundo do Governo-Geral, século XIX, Caixa 8-180, Ofício do major Machado de 28 de setembro de 1899 para o governador do distrito da Zambézia, Processo referente à expedição ao Niassa.

ABDALLAH, Yohanna Barnaba. **Os Yao** (Tradução do Inglês, Notas e Cronologia de Teresa Oliveira com a colaboração de Gerhard Liesegang). Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique/ Universidade Eduardo Mondlane, 2024.

ALPERS, Edward A. **Ivory and Slaves in East Central Africa**. London: Heinemann, 1975.

CORREIA, Milton. **Os Yao e o contexto da luta armada de independência nacional de Moçambique (1964-1974)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CORREIA, Milton. Notas documentais sobre o Cabo Delgado e Niassa no Século XIX. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, Ano 09, Nº 18, p. 121 – 148, 2016.

FOLADOR, Thiago. O Comércio de Escravos Yao e os Missionários Britânicos na África Centro-Oriental: A Criação da Missão das Universidades para a África Central (1859-1861). In: MACÊDO, Tania Celestino de (Organizadora). **África: Perspectivas. Ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: FFLCH/CEA, 2018, 217 - 230.

KIMAMBO, Isaria O. "O litoral e o interior da África Oriental." In: AJAYI, J. F. Ade (editor). **História Geral da África, VI: África do Século XIX à Década de 1880**. Brasília: UNESCO/MEC, 2010, p. 275-316.

MARCOS, Daniel António. Os ritos de iniciação na cultura Yao e o impacto na pedagogia educativa no Niassa-Moçambique. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, São Francisco do Conde (BA), vol. 1, nº 01, 83-199, 2021.

MEDEIROS, Eduardo da Conceição. **História de Cabo Delgado e Niassa, (ca.1836-1929)**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.

MEDEIROS, Eduardo da Conceição. A actual província do Niassa e o vale do rio Chire na 2.a metade do sec. XIX. Contextos africanos e imperiais e as expedições de Serpa Pinto nesta região. **Africana Studia**, nº17, p. 112 – 149, 2011.

MEDEIROS, Eduardo da Conceição. Moçambicanização dos escravos saídos pelos portos de Moçambique. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.12, n.23, p.116–203, 2018.

OMAR, Lúcia Laurentina; ANTÓNIO, Amélia. **As Dinastias Mataaka (Séc. XVIII – XX)**. Maputo: ARPAC, Coleção Emboendeiro, 2004.

RITA-FERREIRA, António. **Fixação Portuguesa e História Pré-Colonial de Moçambique**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.

SALIM, Ahmed Idha. O litoral e o interior da África Oriental de 1800 a 1845. In: AJAYI, J.F. Ade (editor). **História Geral de VI: Africa do Século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 249 – 274.

ENE, Manuel. **Liderança Feminina no Esatdo Mataaka: Mitos e Poderes da Raiinha acivaanjila de Majuuni (Séc. XIX – XX)**. Lichinga: ARPAC, 2018.

ZONTA, Diego. Moçambique no século XIX: do comércio de escravos ao comércio legítimo. **Dimensões**, vol. 28, p. 315-338, 2012.

Recebido em: 20/07/2024
Aprovado em: 13/11/2024